Aviso n.º 111/2005

Por ordem superior se torna público que, em 16 de Novembro de 2004, a Lituânia depositou o seu instrumento de aceitação das Emendas à Convenção da Organização Marítima Internacional (institucionalização do Comité de Facilitação), assinadas em Londres em 7 de Novembro de 1991.

Portugal é Parte das mesmas emendas, adoptadas pela Resolução A.724(17) da Organização Marítima Internacional, publicadas no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 58, de 10 de Março de 1994.

Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, 1 de Março de 2005. — O Director de Serviços das Organizações Económicas Internacionais, *João Patrício*.

Aviso n.º 112/2005

Por ordem superior se torna público que, em 26 de Maio de 2004, a República da Eslováquia informou o Governo Suíço da reserva por si formulada relativamente ao anexo III da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES), assinada em Washington em 3 de Março de 1973.

Portugal é Parte da mesma Convenção, aprovada, para ratificação, pelo Decreto n.º 50/80, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 168, de 23 de Julho de 1980, tendo depositado o seu instrumento de ratificação em 11 de Dezembro de 1980 (*Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 260, de 11 de Novembro de 1981), e tendo entrado em vigor em 11 de Março de 1981 (*Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 157, de 10 de Julho de 2003.)

Aquela reserva é contra a inscrição das espécies que se seguem no anexo III da Convenção:

Fauna**Mammalia****Carnívora****Canidae:**

Vulpes vulpes griffithi;
Vulpes vulpes montana;
Vulpes vulpes pusilla.

Mustelidae:

Mustela altaica;
Erminia ferghanae;
Mustela kathiah;
Mustela sibirica.

Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, 2 de Março de 2005. — O Director de Serviços das Organizações Económicas Internacionais, *João Patrício*.

Aviso n.º 113/2005

Por ordem superior se torna público que a República do Chile depositou, em 21 de Janeiro de 2005, o seu instrumento de ratificação do Protocolo Respeitante às Imunidades do Banco de Pagamentos Internacionais, assinado em Bruxelas em 30 de Julho de 1936.

Portugal é Parte do mesmo Protocolo, aprovado para ratificação pelo Decreto-Lei n.º 39 150, publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 63, de 28 de Março de 1953, tendo ratificado o Protocolo em 14 de Julho de 1953 (*Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 181, de 21 de Agosto de 1953).

O Protocolo entrou em vigor para a República do Chile no dia 21 de Janeiro de 2005.

Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, 2 de Março de 2005. — O Director de Serviços das Organizações Económicas Internacionais, *João Patrício*.